
Jornalismo Cívico e a Comunicação Edificadora da Cidadania e Democracia: Um Estudo da Editoria Seu Problema é Nosso, do Jornal Diário Gaúcho¹

Shállon TEOBALDO²

Rodrigo RODEMBUSCH³

Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, RS

RESUMO

Conhecido, entre outros termos, como formador de opinião, o jornalismo, que tem entre suas principais funções, a de informar sempre com base na verdade, ganha novo sentido de formador quando se fala em comunicação cívica. Afora opinião, o jornalismo cívico apresenta-se como responsável por formar uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres e que, também, tenha maior participação nos processos democráticos dos lugares onde vivem. Por meio da metodologia de análise de conteúdo, o presente artigo busca compreender a aplicação do conceito de jornalismo cívico nas reportagens da editoria Seu Problema é Nosso, do jornal Diário Gaúcho, publicadas entre 3 e 21 de setembro de 2018.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo cívico; Cidadania; Democracia; Diário Gaúcho.

Introdução

Partindo do princípio de que o jornalismo tem como função primordial a de formar e, não apenas informar, uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres, e que tenha maior participação na construção da cidadania (LIMA; FILHO, 2012), a comunicação cívica coloca o profissional como socialmente responsável por aquilo que acontece ao seu redor. Em busca de compreender de que forma é aplicado o jornalismo cívico nas reportagens da editoria Seu Problema é Nosso, do jornal Diário Gaúcho, publicadas entre 3 e 21 de setembro de 2018, o estudo aqui apresentado baseia-se nos conceitos de cidadania e democracia, norteadores do tipo de jornalismo em questão.

¹ Trabalho apresentado na IJ 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Graduada em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). de Jornalismo, e-mail: shallonhadassa@gmail.com.

³ Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos). Mestre em International Media Studies (Deutsche Welle/Hochschule Bonn-Rhein-Sieg – Alemanha). Professor da Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e professor visitante da Especialização Televisão e Convergência Digital (Unisinos), e-mail: r.rodembusch@gmail.com

De acordo com Soares (2008), a definição de cidadania contemporânea determina que os cidadãos têm certos direitos, começando pelos políticos, como o de votar e ser votado, por exemplo. Trata-se, ainda, de uma construção histórica ligada a muitos aspectos da vida, significando o acesso da população às suas necessidades básicas, como saúde, educação, previdência, cultura, comunicação etc.

Voltando no tempo, o autor denota que cidadania dizia respeito aos privilégios das categorias sociais dominantes, sendo usada como indicação de uma discriminação das classes subalternas. Nas cidades da Grécia, antigamente, cidadania era um atributo de proprietários. Já entre os romanos, o termo correspondia a vantagens legais da oligarquia, formada por patrícios, proprietários rurais, que detinham o monopólio dos cargos públicos e religiosos, sendo considerados os únicos cidadãos com plenos direitos. Cidadania, de modo geral, se tratava de um conceito destinado a marcar um exclusivismo social.

Para a democracia, conforme o dicionário Mini Aurélio (2008), a palavra significa 1. Governo do povo, soberania popular. 2. Doutrina ou regime político baseado nos princípios de soberania popular e da distribuição equitativa do poder. De modo simplificado, o jornalismo cívico busca empoderar as pessoas na tomada de decisões e resolução de problemas sociais. Diante dessa concepção, Lima e Filho (2012) apresentam a premissa dessa conexão e interdependência entre jornalismo e democracia, para o bom funcionamento de ambas e citam, ainda, que os “pais” do jornalismo cívico entendem que a comunicação tradicional tem fomentado uma lacuna na participação dos cidadãos na vida pública, os afastando do processo democrático, indo contra as ideias do civismo.

Se o Jornalismo e a democracia são interdependentes e socialmente construídos, podemos arriscar dizer que essas instituições podem acabar, a menos que os jornalistas trabalhem em conjunto com os cidadãos na busca por soluções para os problemas que as comunidades enfrentam no dia-a-dia. Como podem as organizações informativas se reconectar com as comunidades alienadas da vida pública? (LIMA; FILHO, 2012, p.42).

A partir do exposto, o objetivo deste artigo é compreender a aplicação do conceito de jornalismo cívico nas reportagens da editoria Seu Problema é Nosso, do jornal Diário Gaúcho, publicadas entre 3 e 21 de setembro de 2018.

Quarto poder ou máquina de fazer dinheiro? Os interesses dos veículos de comunicação

Na década de 1970, o jornalismo mantinha a preocupação com a capacidade de ser reconhecida como o quarto poder – título dado pelo entendimento de que a comunicação era tão importante e trabalhava para o povo, em especial como fiscalizador dos demais, assim como os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. A subordinação da imprensa aos interesses das elites políticas e econômicas, de certo modo, reduziu a profissão a simples instrumentos dos interesses econômicos e executores de políticas privadas, enquanto as notícias foram, inclusive, encaradas como distorções sistemáticas da realidade (TRAQUINA, 2005).

Em se tratando de cidadania, outra forma de enforçar a atuação dos veículos de comunicação está na observação da distância social entre o “âmbito dos meios” o da das reivindicações de direitos sociais. Quando se fala em “âmbito dos meios”, entra-se no campo dos editores, jornalistas e leitores, telespectadores ou ouvintes provenientes, de modo geral, da classe média. Do outro lado, os direitos sociais são comumente reivindicados pelos pobres, que são maioria no Brasil.

A partir dessa lógica, Soares (2008) reflete que, enquanto os meios parecem representar as questões que envolvem interesses do mercado e até da classe média, isso não acontece com a mesma intensidade no caso dos que são marginalizados pela sociedade. No chamado jornalismo tradicional, as empresas e jornalistas tendem a dar preferência à cobertura do *status quo* econômico, com temas difíceis para os menos escolarizados, por exemplo, sem apresentar a contrapartida social em suas matérias de assuntos como o equilíbrio fiscal (SOARES, 2008). Nesse sentido,

O poder do jornalismo e dos jornalistas aponta para a importância das suas responsabilidades sociais. A afirmação do reconhecimento de suas responsabilidades, por parte dos jornalistas e também dos donos das empresas jornalísticas, não é possível reduzindo as notícias a uma simples mercadoria (TRAQUINA, 2005, p.208).

A imprensa vive, atualmente, um paradoxo de ser um elemento-chave do processo industrial capitalista e ter de desempenhar sua missão de apresentar a verdade, além de defender o interesse público. Entretanto, ao entregarem-se ao poder privado, os veículos de comunicação na era pós-moderna da profissão acabaram tornando os

conteúdos em meras mercadorias, submetidas ao raciocínio do mercado, da audiência a qualquer custo e do lucro. Para mudar tal curso do jornalismo, em particular na proposta da comunicação cívica, uma das sugestões é que os jornalistas e, até mesmo os cidadãos, busquem alternativas para que a função social do jornalismo seja assegurada (LIMA; MOTA, 2014).

No Brasil, o jornalismo cívico, que também é conhecido como jornalismo público, já foi confundido com a ideia de “chapa-branca”, como se fosse um jornalismo porta-voz do governo. Na verdade, este tipo de comunicação, que surgiu como um movimento nos Estados Unidos, propõe a renovação do jornalismo (SILVA, 2012). O principal objetivo do modelo é o engajamento político, no sentido mais amplo da palavra, e não apenas na lógica de partidos e governo. Para este artigo, compreende-se o termo politizar que, conforme o dicionário Mini Aurélio (2008), significa 1. Inculcar a (certas classes ou categorias sociais) ou a (indivíduos dessas classes) a consciência dos seus direitos e deveres políticos. 2. Tomar consciência política.

A intenção do jornalismo cívico é o engajamento político do jornalista e seus públicos nos processos políticos e sociais, ou seja, os grupos sociais estimulam jornalistas ao ativismo em prol de causas justas, retirando o jornalista de sua posição de mero espectador e anunciante das injustiças do mundo. Esse tipo de jornalismo parece ser diferente dos outros: o “jornalismo cidadão” tem seu conceito mais próximo do educacional praticado pelas empresas e organizações, enquanto o “jornalismo comunitário” em seu conceito próximo daquilo que é produzido pelas classes populares, a partir de capacitações, sobre jornalismo dado através de oficinas de bairro (SILVA, 2012, p.55 e 56).

Uma das primeiras iniciativas do jornalismo cívico, conforme Lima e Mota (2014), foi a experiência do jornal Columbus Ledger Enquirer, da rede da Companhia Knight-Ridder, no estado da Geórgia, nos Estados Unidos. Para a cobertura das eleições presidenciais, o veículo adotou um papel mais ativo, na tentativa de obter melhorias para a comunidade local. Passada a primeira fase, 85 cidadãos influentes responderam a um questionário e moradores foram entrevistados por jornalistas. A ação resultou no projeto “Columbus Para Além de 2000” (Columbus Beyond 2000, no original), o qual, junto com outras iniciativas, se tornou um movimento cidadão de grande amplitude, comprometido, sobretudo, com o enfrentamento dos problemas relacionados à vida pública, chamado “Unidos Para Além de 2000”.

Com base nos conceitos apresentados, compreende-se jornalismo cívico como um tipo de comunicação enraizado na consciência e ampliação da mesma para os receptores, sejam eles leitores, telespectadores ou ouvintes. A ideia central está concentrada em levar ao público conhecimento de seus direitos e deveres como cidadãos para que, a partir dessas informações, eles possam tomar decisões e ter atitudes relativas a melhorias das comunidades onde estão inseridos. Neste modelo, o jornalista também trabalha em colaboração com o receptor, como é o caso da editoria Seu Problema é Nosso, do Diário Gaúcho, analisada neste artigo. Entretanto, diferentemente do jornalismo cidadão, onde os cidadãos-jornalistas procuram os jornais, por exemplo, para enviar conteúdo ou, até criam suas próprias páginas na internet, no cívico existe um trabalho que parte primeiramente do profissional de comunicação. A expressão “cão de guarda”, atribuída à profissão e disseminada por Teorias do Jornalismo, dá lugar, no caso do jornalismo cívico, à função de “cão-guia”, pois permite uma abertura das redações para a participação cidadã e a disseminação de conhecimento para uma sociedade melhor (LIMA; MOTA, 2014).

Neste sentido, Glasser apud Lima e Mota (1999) explica e pondera que o jornalismo cívico contribuiu com a percepção de que a visão restrita das rotinas de produção do jornalismo tradicional pode, com facilidade, tornar a mídia incapaz de promover a mudança social. Os autores escrevem: “Se a resolução dos problemas comunitários contarem com uma participação mais ativa do jornalismo, certamente os cidadãos se sentirão mais encorajados a participar da vida pública” (2014, p.32).

Jornalismo a quatro mãos: a geração de consciência democrática por meio da comunicação

Retomando a relação de jornalismo cívico com democracia, entre os propósitos dessa vertente de comunicação, está a de aproximar os cidadãos da democracia, ao mesmo tempo que a promove por meio da imprensa. Conforme Haas, a fim de diminuir o distanciamento entre essas duas esferas, os defensores da comunicação cívica acreditam que os profissionais devem ter como sua essencial e primeira responsabilidade o “estímulo ao engajamento cívico e à participação ativa no processo democrático” (2007, p.3).

Outro papel do jornalista cívico, apontado por Lima e Filho (2012), é o de “professor participativo”. Ao invés de apenas produzirem e disseminarem informações especializada que, nos jornais voltados para as elites brasileiras, muitas vezes, utilizam um linguajar de difícil compreensão das classes menos abastadas, os repórteres percebiam-se e apropriem-se da função de facilitadores de uma interação e conexão pública.

O uso da imprensa como substituto do poder público pelos cidadãos acontece, em muitos casos, pelo desconhecimento das pessoas de seus direitos e deveres. A baixa escolaridade contribui para a abstinência do voto e a participação na construção das políticas públicas. Quando há um problema de infraestrutura em um bairro, por exemplo, os moradores muitas vezes não sabem de qual órgão cobrar o conserto. Nesse vão, as reportagens da editoria Seu Problema é Nosso, do Diário Gaúcho, apresentam-se como um “palco” para mostrar essas reclamações e uma ferramenta para formação de uma espécie de ponte entre o cidadão e o poder público. A partir dessa perspectiva, o jornalismo cívico se propõe, justamente, a ensinar esses “caminhos” e, mais uma vez, empoderar as pessoas para se tornarem protagonistas de suas vidas públicas. Haas complementa que

Em relação aos conhecimentos e atitudes cívicas, a cobertura de inspiração cívica tem ajudado os cidadãos a 1) se interessarem, adquirirem conhecimentos e preocuparem-se com os problemas e tópicos locais em anos de eleições; 2) a confiarem nos outros; 3) a possuírem vontade e capacidade de percepção para tomarem parte em atividades públicas para a resolução de problemas comunitários; 4) a adquirirem atitudes positivas em relação às organizações noticiosas participantes desses projetos (HAAS, 2007, p.54 a 56).

Dornelles (2008) apresenta, ainda, que a pauta dos jornalistas deve ter comprometimento com a perspectiva de que alguma coisa precisa ser feita, de que existem problemas e desafios a serem combatidos e que o jornalismo, por meio das práticas cívicas, é capaz de desenvolver um papel fundamental no processo de mudança. A autora reforça a responsabilidade social que vem atrelada à profissão, principalmente em um mercado, muitas vezes, que enxerga o conteúdo como simples produto comercial. Lima e Mota destacam que “jornalistas que saem das universidades conscientes do seu papel (conscientes de que antes de serem profissionais são também cidadãos) podem gerar significativas mudanças na realidade da profissão” (2014, p.36).

Aprofundando a respeito das funções do jornalismo cívico, Soares (2012), cita que se trata de uma ação jornalística que visa ajudar as pessoas a superarem uma sensação de impotência e alienação, desafiando-as a envolver-se e assumir responsabilidades sobre problemas comunitários da sociedade onde estão inseridos. O tipo de comunicação, além de encontrar elo com a questão da democracia por defender as causas justas ligadas às necessidades básicas dos cidadãos, se conecta à educação, sobretudo política e social, para tornar os receptores em, não apenas produtores ou colaboradores de notícias, mas de mudanças reais nos seus bairros e cidades.

Amaral (2015) defende que o aspecto cidadão, existente dentro do jornalismo cívico por trabalhar em colaboração com os receptores, não se limita simplesmente às colunas de prestação de serviço e/ou defesa do consumidor. Nas palavras da autora,

O aspecto cidadão desse jornalismo não se restringe às colunas de prestação de serviço e de defesa do consumidor. O jornalismo cívico propõe-se a produzir conhecimento para a cidadania, como explicou uma de suas precursoras, a jornalista Jan Schaffer, numa palestra proferida no 5º Congresso Brasileiro de Jornais no Rio de Janeiro em 2004. Busca:

- Valorizar o conhecimento cotidiano de quem vive as situações;
- Considerar o leitor não como mero consumidor de jornal;
- Encorajar o cidadão a envolver-se com a vida pública;
- Privilegiar a compreensão do fato;
- Fazer entrevistas humanizadoras;
- Agregar valores sociais às notícias e incorporar boxes de informações, telefones, serviços, endereços eletrônicos;
- Agregar um entorno institucional ao problema;
- Perguntar para as pessoas quais são suas preocupações, como elas veem as questões, pedir a elas para definir os termos que utilizam;
- Examinar soluções para os problemas;
- Construir o conhecimento e fomentar a participação;
- Capacitar as comunidades a lidarem com seus problemas;
- Tratar de mais do que dois lados da história, consultar as fontes oficiais, mas também as anônimas e mostrar os diferentes pontos de vistas das pessoas que serão afetadas pela informação. (AMARAL, 2015, p.131 e 132).

Os estudos de Recepção e Mediação, advindos dos interesses na cultura popular deixam para trás o conceito do jornalismo como apenas texto, vídeo ou som informativos e priorizam o enfoque da construção do significado de comunidades interpretativas, pelos receptores, que colaboram na produção e são diretamente afetados pelas notícias. Os produtos comunicativos ultrapassam a barreira de apenas de artigo mercadológico para algo com relevância, significação e conhecimento. Entende-se,

então, que a relação entre veículo e receptor que estabelece cria uma identidade mútua e aperfeiçoa o sentido das mensagens (DORNELLES, 2008). Sobre o papel do jornalista e pertinência da prática cívica na profissão, Amaral pontua que

O Código de ética de jornalista dispõe que a informação divulgada pelos meios de comunicação públicos terá por finalidade o interesse social e coletivo. O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade pública e, portanto, é dever do jornalista divulgar todos os fatos que sejam relevantes e de interesse da sociedade e evitar a divulgação dos fatos com interesse de favorecimento pessoal (2015, p.56).

Com base nessa visão, compreende-se a necessidade da aplicação de práticas como o jornalismo cívico dentro e, conseqüentemente, fora das redações. O civismo não é um tipo de comunicação isolado, mas que pode e deve ser adotado na composição de materiais jornalísticos de qualquer editoria. Ao deixar de lado o interesse puramente mercadológico e tratar os fatos como informações e fontes de conhecimento que podem transformar a vida da sociedade, o jornalista seu papel jurado ainda na diplomação da faculdade. Entende-se que a vertente não deveria ser apenas desempenhada por um grupo ativista na profissão, mas que se torne realidade em todas as redações que trabalham com *hard news*, sem ter necessariamente um segmento de comunicação específico.

Pautado pelas chamadas “causas justas”, o jornalismo cívico pode trabalhar em várias frentes, sempre com foco educacional, reforçando a ideia de que a notícia precisa auxiliar de algum modo os cidadãos a mudarem ou, ao menos, entenderem suas realidades. Silva (2012), cita alguns exemplos de causas justas para o jornalista que trabalha com o conceito de civismo: defesa da mulher que sofre violência doméstica, contra o trabalho infantil, pelos direitos de acessibilidade dos portadores de deficiência, a favor das vítimas dos acidentes de trânsito, por moradores que vivem em barragens e sofrem por conta de chuvas e cheias, em favor das vítimas de preconceitos raciais. Além destes, toma-se a liberdade de citar, baseado nos estudos sobre jornalismo cívico, algumas outras causas que pedem atenção da comunicação: atraso ou abandono de obras de infraestrutura nas cidades, falta de vagas em creches e escolas públicas, falta de transporte escolar para estudantes que vivem em áreas sem acesso do transporte público, superlotação e atendimento precário em hospitais e pronto-atendimentos de saúde pública, entre outros assuntos.

Nos tópicos apresentados é possível perceber pelo dia a dia das notícias publicadas nos veículos de comunicação que falta intervenção e cumprimento dos direitos dos cidadãos por parte dos órgãos públicos e governamentais. Contudo, além disso, falta conhecimento ao público de seus deveres e direitos e a quem devem recorrer diante de uma das situações como as acima citadas. É nesta realidade, principalmente, que entende-se a atuação do jornalismo cívico, que assume um papel de “jornalista professor” e não apenas relata os fatos, mas presta um serviço ao mostrar o que pode e deveria ser feito por ambos os lados da história. Nas palavras de Silva, “não se trata simplesmente de “dar voz ao outro”, mas sim de dar visibilidade sistemática” (2012, p.58).

Jornalismo na essência

Apesar de os veículos de comunicação não poderem funcionar sem dinheiro, Soares (2008) pontua que é essencial lembrar a essência do jornalismo, fugindo da necessidade de recompensa: feito por seres humanos, capazes de deliberação, com poder de fazer mudanças de forma histórica. Para tal, cita o exemplo do jornalismo cívico nos Estados Unidos. A compreensão é de que os cidadãos sejam atuantes, participem da solução de problemas, especialmente porque muitas das questões estão ao alcance das comunidades e políticas locais e não envolvem instâncias nacionais. Conforme o autor, o critério normativo da aplicação do civismo é peça fundamental para a efetividade da comunicação: “é importante que ele (o jornalismo) assuma compromisso normativo com a sociedade, mesmo considerando a natureza empresarial dos meios de comunicação (2008, p.8).

A consciência e reflexão que se apresenta como urgente, não apenas para os considerados “ativistas”, mas para todos os jornalistas (HAAS, 2007) deve ser colocada como responsabilidade primordial na profissão. Lima e Filho complementam ao acreditarem que

O papel educativo que a prática do Jornalismo Cívico exige dos editores e repórteres pode ser assumido como um processo continuado de educação para a cidadania. No caso do ensino de Jornalismo, muito melhor que os jovens jornalistas possuam a capacidade de se adaptarem ao futuro do que possuir as qualidades mercadológicas exigidas para seus primeiros empregos (2012, p.48).

Ainda sobre educação cívica, tanto para os cidadãos por meio do jornalismo, quanto para os profissionais, por meio da universidade, Haas (2007), coloca que esse tipo de comunicação não se trata apenas da criação das condições para essa deliberação proposta genuinamente inclusiva e aberta. Indo além, diz respeito à criação e manutenção das condições para que encontrem soluções conjuntas dos problemas, mesmo que os cidadãos discordem sobre quais problemas são politicamente mais relevantes. Diante disso, percebe-se que não se trata apenas de oferecer respostas a todos os questionamentos das comunidades, nem “bater” no governo do forma incontrolada apenas em favor do público, mas disponibilizar informação qualificada, com o propósito de gerar conhecimento e, a partir disso, mudanças. A respeito disso, Lima e Mota (2012), sugerem que o jornalismo cívico deve ouvir e publicizar as formas como os cidadãos comuns pensam sobre os problemas igualmente comuns, principalmente os que os concernem diretamente.

Ademais, o jornalismo cívico não é sobre o agora, unicamente, e sim sobre plantar no presente para colher no futuro. Pode-se interpretar que jornalismo cívico é sobre pensar a longo prazo. Disseminar informações na expectativa de que gerem mudanças por parte do governo, mas que ensinem o público a exercer sua cidadania independentemente da atuação dos órgãos públicos, mesmo que isso não aconteça imediatamente.

Fundamentada nessa percepção, entende-se, também, que o jornalismo cívico surge a partir da frustração de diferentes populações com as coberturas jornalísticas muitas vezes superficiais, baseadas em espetacularidade, oportunidade de boas fotos, polêmicas, dependência de fontes oficiais e ausência de espaços para debates em torno de políticas públicas que afetem a vida da sociedade, inclusive as dos profissionais de comunicação. O desencanto acontece ainda dentro das redações e levam jornalistas a buscarem atuação cívica, abandonando o tradicional papel de observador neutro, imparcial e simplesmente objetivo (DORNELLES, 2008).

Entre as qualidades geralmente esperadas do jornalismo costuma-se colocar a imparcialidade, mas o jornalismo cívico indicou que esta não é a visão mais adequada à perspectiva de uma atuação em favor da cidadania. Para esta, é mais importante o jornalismo que tem compromissos, desde o início, com a defesa dos direitos, o que implica, por exemplo, ser a favor das liberdades, da justiça, dos direitos políticos e sociais. Defende-se o equilíbrio do trabalho jornalístico, mas isso não quer dizer apatia: um jornalismo indiferente às questões da cidadania seria, a rigor, uma monstruosidade, pois significaria tratar como equivalentes alternativas com valores radicalmente opostos. Diante de um caso de desrespeito aos direitos humanos, como uma execução sumária, ou de trabalho escravo, significaria tratar esses assuntos de forma neutra e não como algo intrinsecamente negativo. Na verdade, espera-se do jornal a defesa dos direitos individuais e coletivos mais avançados e a denúncia dos retrocessos (SOARES, 2008, p.12).

Ao agendar assuntos relevantes na mídia, o jornalismo não substitui os cidadãos, que são entendidos nesse contexto como detentores do poder, mas serve como uma ferramenta de contribuição a partir de sua atuação específica para temas cívicos (SOARES, 2008). Outra característica que aparece como essencial para a aplicabilidade do jornalismo cívico é o trabalhar de modo multidisciplinar. Por se tratar de uma comunicação que envolve os direitos e deveres civis, políticos e sociais das pessoas, é interessante que o jornalista faça um atravessamento de outras áreas científicas que podem contribuir para que a comunicação tenha o efeito esperado no público (SILVA, 2012).

No abandono da passividade e na colocação do jornalista como ativo social capaz de transformar realidades está baseado o jornalismo cívico. Não apenas para voz, mas ser voz que transmite conhecimento e cria pontes. Em síntese, o Quadro 1 apresenta os principais indicadores do jornalismo cívico e que serão importantes para a análise.

Quadro 1 – Indicadores do jornalismo cívico

- Jornalista está em evidência e trabalha para construir cidadãos mais conscientes;
- Construção noticiosa em colaboração com as comunidades;
- Jornalismo deve formar uma sociedade consciente de seus direitos e deveres e que tenha maior participação na edificação da democracia;
- As reportagens fomentam a participação dos cidadãos na vida pública e empoderam as pessoas na tomada de decisões e resolução de problemas sociais;
- Jornalista é dotado de responsabilidade social – uma das funções primordiais da profissão;
- Tem intenção de engajamento político do jornalismo em prol de causas justas, envolvendo saúde e moradia, por exemplo, estimulando o ativismo;
- Jornalistas são facilitadores de interação pública;
- Trabalha com tom educativo e linguagem objetiva e simples;
- Busca gerar mudanças significativas na realidade da profissão e da sociedade;
- Procura fazer entrevistas humanizadas e privilegia a compreensão do fato como um todo, sem foco no viés mercadológico da profissão;
- Procura soluções para os problemas que envolvem os órgãos públicos e incentiva as pessoas a buscarem por si mesmas e por suas comunidades;
- Mostra diversos pontos de vista na narrativa;
- Entende que a educação por meio da comunicação é algo que deve ser pensado e trabalhado para o futuro e tem paciência com a falta de resultados imediatos.

Fonte: elaborado pela autora.

Análise

Partindo para a etapa da análise, são apresentados a seguir os títulos das reportagens, as unidades de registro, publicadas na editoria Seu Problema é Nosso, do Diário Gaúcho, objeto de estudo deste artigo, entre os dias 3 e 21 de setembro de 2018:

03/09/2018 – Moradores se unem para reformar praça

04/09/2018 – Idosa aguarda por cirurgia há 12 anos

05/09/2018 – Ritalina continua em falta nas farmácias

06/09/2018 – Bueiro entupido e alagamentos

07/09/2018 – Dor e expectativa à espera de cirurgia

10/09/2018 – Matheus segue na luta por tratamento

11/09/2018 – Espera de quatro anos por cirurgia

12/09/2018 – Lixo não é recolhido desde sábado

13/09/2018 – Idosa fica mais de 24 horas sem água

14/09/2018 – Mais de um mês de espera em hospital

17/09/2018 – Quatro anos de esgoto vazando

18/09/2018 – Idoso aguarda por leito em UTI durante uma semana

19/09/2018 – Deslizamento interrompe acesso

20/09/2018 – Idoso aguarda por leito em UTI há uma semana

21/09/2018 – Espera por ônibus acontece no escuro

Em se tratando da metodologia utilizada, a análise de conteúdo a partir dos estudos de Bardin (1977) é um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos diversificados. Como fator comum entre as múltiplas técnicas está a inferência, que se baseia no raciocínio, dedução, indução e conclusão sobre algo. O método ainda oscila entre os polos da objetividade e subjetividade, e se esforça para identificar, especialmente, aquilo que está escondido, não aparente, retido em determinadas mensagens.

Nas palavras da referida autora, “os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reação interpretativa” (BARDIN, 1977, p.16). De modo geral, os objetivos da análise de conteúdo são a superação da incerteza, que é uma leitura pessoal válida e generalizável do objeto de pesquisa e o enriquecimento da leitura, pois, a partir da descoberta dos conteúdos e das estruturas que confirmam ou infirmam o que o pesquisador procura esclarecer, o estudo é conduzido a uma descrição de mecanismos que antes não era compreendido (BARDIN, 1977).

Passando pelas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, foi analisado nas matérias que compõe o corpus da pesquisa de que forma o jornalismo cívico aparece no conteúdo. Após a leitura minuciosa dos textos e preenchimento dos estágios da análise por meio dos indicadores estabelecidos anteriormente a respeito do tipo de comunicação estudada, chegou-se ao seguinte resultado: as características de jornalismo cívico aparecem em seis das 15 unidades de registro, o que significa 23% do total das matérias. Com base neste dado, entende-se que a aplicação do civismo na editoria Seu Problema é Nosso ainda tem um espaço pequeno e outros tipos de comunicação se sobressaem.

Com base nos textos, percebe-se que o leitor participa ativamente da construção das reportagens pois, inclusive, a história é contada a partir da sua ótica e ele é quem costumeiramente procura o jornal para comunicar um problema. Em algumas reportagens aparecem traços mais fortes do jornalismo cívico como, por exemplo, ao serem colocados telefones e explicações sobre como outros leitores que possam estar

passando pela mesma situação podem buscar os órgãos responsáveis por conta própria, ou seja, participando da edificação da democracia de sua comunidade sem, necessariamente, precisar da imprensa para tal.

Características comuns a outros tipos jornalísticos, como popular e cidadão, aparecem no civismo e chamam atenção no corpus estudado. São elas: colaboração entre leitor, telespectador ou ouvinte com o repórter para a produção de conteúdo, o viés social na construção jornalística, a imprensa é tida como fiscalizadora do poder público e trabalha com coberturas focadas na inoperância do mesmo e busca dar voz a grupos geralmente ignorados não apenas pela sociedade, mas pela mídia tradicional.

Considerações finais

A respeito do resultado da pesquisa, levanta-se o pensamento de Abreu (2003), que entende que a informação, além de empoderar a sociedade, é um dos elementos fundamentais para que esta possa exercer plenamente seus direitos. Tal conceito passa pelo aspecto de que o jornalismo cívico existe, essencialmente, para ensinar algo ao público e deve ser um facilitador da interação pública (LIMA; FILHO, 2012).

Para ser predominantemente cívica, a editoria Seu Problema é Nosso deixa faltar quando, poucas vezes, apresenta conteúdo que reforce a importância de os próprios leitores buscarem os órgãos públicos. Conforme Lima e Filho (2012), o empoderamento dos cidadãos na tomada de decisões e resolução de problemas sociais é uma das principais expressões do formato. A característica aparece nas reportagens quando, por exemplo, o repórter coloca telefones do governo, como citado anteriormente, mas não preenche o requisito cívico de foco na educação por meio da comunicação.

Em suma, nota-se que a baixa aparição do civismo é, por outro lado, um convite ao estudo mais aprofundado do tipo jornalístico, ainda pouco explorado no Brasil. Como dito anteriormente, a prática pode ser aplicada a qualquer editoria, pois contempla exercícios da vida do profissional que impactam as mais diversas camadas da sociedade e, conseqüentemente, existem para ajuda-la a se tornar mais consciente, plural e participativa.

Referências

ABREU, A. A. de. **Jornalismo Cidadão**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, no 31, 2003. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2185/1324>> Acesso em: 15 de agosto de 2018. P.25 a 40.

AMARAL, M. F. **Jornalismo Popular**. São Paulo, 2ª edição, editora Contexto, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, 3ª reimpr. da 1ª edição de 2011 (Tradução do original de 1977), editora Almedina Brasil.

DORNELLES, B. **O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental**. Brazilian Journalism Research (versão em português), v.1, n.1, 2º semestre 2008. Disponível em <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/167/166>> Acesso em: 10/10/2018. P.121 a 131.

HAAS, T. **The pursuit of public journalism: theory, practice and criticism**. New York, London, editora Routledge, 2007.

LIMA, M. A. A.; FILHO, J. C. **Jornalismo, democracia e educação: algumas reflexões sobre o jornalismo cívico**. São Paulo, Intercom RBCC, v.35, n.2, jul/dez 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v35n2/03.pdf>> Acesso em: 05/10/2018. P.39 a 60.

LIMA, M. A. A.; MOTA, F. M. M. **Jornalismo Cívico como alternativa e ferramenta para uma prática mais social da comunicação**. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo. Ponta Grossa, v.1, n.1, ago/dez 2014. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/files/journals/26/articles/6243/submission/layout/6243-22838-1-LE.pdf>> Acesso em: 17 de agosto de 2018. P.22 a 39.

Mini Aurélio. O Dicionário da Língua Portuguesa. Curitiba, 7ª edição, editora Positivo, 2008.

SILVA, R. D. G. da. **O papel social do jornalismo cívico e a interação midiática entre o jornalista e as minorias sociais**. Revista de C. Humanas. Minas Gerais, v.12, n.1, jan/jun 2012. Disponível em <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo5vol12-1.pdf>> Acesso em: 16 de agosto de 2018. P.52 a 65.

SOARES, M. C. **Jornalismo e cidadania, em duas abordagens**. Estudos em Jornalismo do XVII Encontro da Compós, Unip, São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_373.pdf> Acesso em 04/10/2018. P.1 a 15.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis, v.1, 2ª edição, editora Insular, 2005.